2.7 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

2.7.1 TRAJETÓRIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFSP

O histórico dos Institutos Federais, bem como do IFSP passa pela consolidação de instrumentos públicos capazes de democratizar o acesso à educação com a principal intencionalidade da formação crítica e transformadora no mundo do trabalho. O notório êxito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica faz com que o processo de democratização do acesso e de permanência nas instituições comprometa-se com a garantia de permitir a participação de grupos socialmente marginalizados no país. Nesse sentido, é fundamental que a instituição tenha um conjunto de ações que garantam que a existência de tais grupos seja representativa e participativa. Pensar a estruturação de uma política, voltada à inclusão e ao respeito às diferenças, passa, necessariamente, por uma prática reflexiva sobre as extremas e históricas desigualdades de oportunidades educacionais que caracterizam o país.

Diante desse aspecto histórico-social, o Instituto Federal de São Paulo, alinhado com o cumprimento de sua função social, vem empreendendo um conjunto de ações nos últimos Projetos de Desenvolvimento Institucionais. Dessas ações pode-se destacar a criação dos Núcleos de Estudos e Apoio, bem como da Comissão de Organização da Política de Ações Afirmativas, instituída pela Portaria nº 1.989, de 29 de maio de 2017, cujo papel foi de levantar, compilar e analisar os documentos, legislações e procedimentos relacionados às ações afirmativas já estabelecidas no instituto e as demandas ainda não regulamentadas. Para dar continuidade ao trabalho, em especial à continuação da elaboração da minuta das Ações Afirmativas, foi instituída a comissão por meio da Portaria do IFSP nº 554, de 22 de fevereiro de 2018.

Tal percurso institucional dialoga com as demandas políticas do país e com os desafios que têm sido construídos acerca do acompanhamento da implementação de políticas afirmativas. Nesse sentido, vale o destaque que o período compreendido pelo último PDI (2019-2023) foi marcado pelos processos de implantação e implementação de leis de ações afirmativas já existentes anterior ao ciclo, como, por exemplo, o aumento da participação dos grupos discriminados em determinadas áreas no mundo do trabalho ou no acesso à educação por meio de cotas; concessão de bolsas de estudo; prioridade em empréstimos e contratos públicos; distribuição de terras e moradias; medidas de proteção diferenciada para grupos ameaçados, bem como por processos que trataram de novas leis e decretos que tiveram como objetivo a consolidação de estratégias institucionais que objetivem dar visibilidade e amplo acesso à grupos historicamente marginalizados ao mesmo tempo que marcam o compromisso do IFSP com uma Educação Antirracista, Antissexista e Anticapacitista. Nesse sentido, por mais que as comissões, vinculadas à estruturação de uma política unificada de ações afirmativas, iniciadas no ciclo do PDI 2013-2018 não tenham consolidado uma Política Institucional de Ações Afirmativas ao longo do ciclo do PDI 2019-2023, é fundamental reconhecer o trajeto institucional de avanços no diagnóstico, identificação de desafios durante o ciclo 2019-2023. O aumento notório do quantitativo e do qualitativo de ações, mesmo não direcionadas por uma

política única, apresenta-se como subsídio para que o ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028 tenha como um de seus objetivos a criação e consolidação de uma Política de Ações Afirmativas, tal como seus eixos estratégicos, a partir da nova realidade institucional que se apresenta a partir da diversidade e pluralidade da comunidade interna do IFSP, bem como dos arranjos sociais locais que circundam cada uma das unidades.

2.7.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE UMA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A partir do processo histórico que trouxe a estruturação de uma proposta de Política de Ações Afirmativas para o PDI 2019-2023 e da não consolidação dessa política, são reapresentados aqui os princípios fundamentais que balizam a construção desse documento. As ações afirmativas são compreendidas como ações de caráter temporário, cujo objetivo é compensar e corrigir distorções históricas ou atuais que geram cenários de segregação e de discriminação institucionalizadas de determinados grupos, seja por critérios de etnia, nacionalidade, gênero, sexualidade, deficiência entre outros.

Nesse sentido, a Política de Ações Afirmativas do IFSP caracteriza-se tanto por ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, como nas estruturas de Gestão e Execução Orçamentária, Desenvolvimento de Pessoal, Desenvolvimento Institucional e de Tecnologias da Informação visando à promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, sexual e de gênero, do público-alvo da educação especial e para a defesa e promoção dos direitos humanos em todas as esferas da instituição.

A Política de Ações Afirmativas trata, dessa forma, da proposição de medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito das/os estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo IFSP, prioritariamente para pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, público-alvo da educação especial, imigrantes em situação de vulnerabilidade, mulheres, transexuais, travestis e pessoas transgênero e oriundas de escolas públicas. Objetiva, assim, que tais pessoas tenham uma trajetória efetivamente participativa na instituição, seja em projetos, na valorização de sua identidade e no cuidado institucional para que tais grupos não sejam encaminhados para a situação de vulnerabilidade que os permeia em outros espaços. No reconhecimento dos processos dialógicos de troca entre estudantes e profissionais da educação, é fundamental que a política também traga a proposição de medidas especiais para o acesso de servidores e servidoras dos grupos supracitados, além do zelo para que a instituição não reproduza as condições de violência e vulnerabilidade às quais tais pessoas são submetidas cotidianamente.

Os princípios balizadores da Política de Ações Afirmativas do IFSP definem-se pelo direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade; pelo direito a condições dignas de trabalho; pelo equilíbrio nas condições ao acesso, permanência e êxito no percurso formativo; pela articulação entre as práticas educacionais, sociais e o trabalho; pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, as ciências e o saber; pelo pluralismo de ideias e de práticas pedagógicas; pelo respeito à liberdade; pela universalização da educação inclusiva; pela garantia dos valores éticos e humanísticos; pelo convívio e respeito às diversidades étnico-racial, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de nacionalidades, de necessidades

específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais; pela promoção da autonomia, participação política e emancipação das adolescências e juventudes e pela educação para os Direitos Humanos.

2.7.3 OBJETIVOS

O objetivo geral da Política de Ações Afirmativas do IFSP consiste em promover ações afirmativas, mediante programas e ações específicas, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade, garantidora dos direitos humanos e propiciadora de um ambiente acolhedor para toda sua comunidade.

Podemos dividir o objetivo geral da Política em seis grandes eixos de atuação. O primeiro é correlacionado à retomada dos processos de construção; o segundo é atrelado à organização e à identificação das ações já constituídas até o momento e que serão o ponto de partida das estratégias e instrumentos.

Eixo 1 – Recriar a Comissão, conduzida obrigatoriamente pelos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade e Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em conjunto com representantes das pró-reitorias, para construir a Política de Ações Afirmativas, compreendendo o processo histórico.

Os trabalhos para o desenvolvimento da política terão, como ponto de partida, as Estratégias e os Percursos de Mapeamento das Ações já desenvolvidas na instituição, que dialogam com os princípios de uma Política de Ações Afirmativas, a qual servirá para a construção de critérios para implementar uma cultura acadêmica para a diversidade e inclusão;

Eixo 2 – Construção de Estratégias e Instrumentos para o acesso à educação por meio de reserva de vagas.

Eixo 3 – Construção de Instrumentos e Estratégias de Acompanhamento à permanência do estudante em seu percurso formativo do público foco da Política de Ações Afirmativas.

Eixo 4 – Construção de Estratégias para o Acompanhamento do êxito e inserção profissional das/os estudantes egressas/os, com o recorte específico para a diversidade.

Eixo 5 – Construção de estratégias para promoção da diversidade entre servidores e servidoras nos diversos setores, cargos e funções em consonância com ações de desenvolvimento pessoal e institucional acerca das diversidades étnico-racial, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de nacionalidades, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais.

Eixo 6 – Construção de previsão orçamentária, com organização tanto para fomento de ações sistêmicas quanto de ações nos *campi* a fim de desenvolver a Política.

A promoção da cultura acadêmica para a diversidade e a inclusão é um desafio institucional permanente e tem sido construída pela revisão de suas práticas, por ações e atividades desenvolvidas pelas pró-reitorias, pelos *campi* e pelo engajamento dos Núcleos garantindo espaço para promoção de discussões, seminários, palestras, formações, fóruns, debates, publicações que sensibilizam a comunidade interna e externa para práticas educativas

inclusivas e para um ambiente acadêmico que valorize e respeite as diferenças.

Ações afirmativas voltadas ao acesso de discentes buscam promover e apoiar a oferta de pré-vestibulares comunitários nos *campi* do IFSP, priorizando o acesso das/os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino. Nesse passo, o acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino oferecidos pelo IFSP será realizado mediante processo de ingresso. Adicionalmente, o acompanhamento do real alcance das campanhas de divulgação dos processos seletivos entre grupos de maior vulnerabilidade garante também o tempo de espaço necessário para que as pessoas possam providenciar documentação ou condições materiais e imateriais para o efetivo acesso. O ingresso de estudantes no ensino técnico de nível médio e na graduação será regido pela Lei nº 12.711/2012, pelo Decreto nº 7.824/12 e pela Portaria Normativa nº 18/2012. Os cursos e os programas de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* seguirão a Resolução do IFSP nº 41/2017, no que diz respeito às políticas de reserva de vagas. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas nos processos seletivos para estudantes do IFSP para pessoas com deficiência. O IFSP assegura às travestis e às pessoas transgênero o direito de serem tratadas pelo gênero e pelo nome social durante todo o processo seletivo e tal direito deve ser garantido por toda a trajetória das pessoas dentro da instituição.

Como ações afirmativas de acompanhamento e permanência às/aos estudantes ingressantes no IFSP destacam-se: o apoio acadêmico por meio de desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo estudantes, docentes e técnicos administrativos do IFSP; o apoio pedagógico realizado pela Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) do *campus*, de modo articulado ao Napne, Neabi ou Nugs; o apoio em face das demandas de situação de baixa renda e vulnerabilidade, mediante a inserção das/os estudante em programas de assistência estudantil, considerando a Política de Assistência Estudantil do IFSP; as adaptações de materiais didático-pedagógicos e de instrumentos de avaliação, levando em consideração as especificidades e peculiaridades das/os estudantes; a ampliação e melhoria de infraestrutura no *campus* e de condições necessárias para o atendimento prestado pelo Napne, Neabi e Nugs; as ações de formação e capacitação de servidoras/es e estudantes do IFSP desenvolvidas de forma articulada ao Napne, Neabi ou Nugs, conforme temática a ser trabalhada; a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a realização da semana da diversidade, em todos os *campi*, anualmente, a promoção de debates sobre diversidade nos currículos; a acessibilidade virtual/comunicacional de sites, portais, sistemas e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem; a disponibilização de produtos e serviços de Tecnologia Assistiva para o apoio ao público-alvo da educação especial; a disponibilização de intérprete de Libras para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, conforme a demanda e necessidade de atendimento, durante todo o percurso educacional; a disponibilização de guia-intérprete para estudante surdo-cego, durante todo o percurso educacional; a implantação de salas de recursos multifuncionais nos *campi* do IFSP, conforme a demanda e necessidade de atendimento e a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) às/aos

estudantes público-alvo da educação especial que demandarem esse atendimento.

Considera-se também como ações afirmativas de acompanhamento e permanência a utilização do nome social, já estabelecida por meio de portaria, desde 2014. Além dela, o uso dos banheiros e espaços segregados por gênero, para que travestis e pessoas transgênero utilizem esses ambientes de acordo com a sua identidade de gênero.

No que tange à estruturação de estratégias para o alcance de servidores e servidoras, a Política de Ações Afirmativas visa construir instrumentos de acompanhamento da diversidade presente entre profissionais da instituição e estabelecer junto a outras ações de gestão de pessoas as estratégias para garantia do efetivo bem-estar no ambiente do trabalho fazendo com que a diversidade seja um valor compartilhado e valorizado. Na mesma perspectiva tem-se a construção de estratégias para que processos de formação complementar e capacitação alcancem a diversidade como um dos eixos temáticos e que as pessoas pertencentes a tais grupos marginalizados possam ter participação representativa em editais ou ações de desenvolvimento pessoal.

Dialogando com o Programa de Acompanhamento de Egressas/os, a Política de Ações Afirmativas do IFSP deverá propor também o acompanhamento da trajetória acadêmico-profissional da/o estudante egressa/o. Nesse sentido, a política deverá propor formas de articulação com a Política de Egressas/os e seus desdobramentos.

A Política de Ações Afirmativa deverá propor ações e formas de acompanhamento das/os estudantes, servidores e servidoras ingressantes por esta política, tendo eles concluído o curso com sucesso ou não, ou seja, em caráter efetivo ou temporário, a fim de fornecer subsídios para melhorar as ações institucionais; incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo os/as estudantes e suas comunidades; realizar avaliações anuais sobre o andamento da Política de Ações Afirmativas; propor novos mecanismos para a permanência das/os estudantes e/ou fontes de financiamento; acompanhar e avaliar a oferta de capacitação das/os servidoras/es para atuarem nos processos educacionais voltados às ações afirmativas.

De forma complementar, a política deve ser construída a partir do reconhecimento institucional de que as ações afirmativas não devem possuir caráter secundário e sim central. Nesse sentido, a organização da política deve ser associada à interlocução com setores responsáveis pela gestão orçamentária tanto para garantir trâmites que estejam relacionados à execução dos pontos elencados ao longo do texto, quanto para garantir que haja previsão orçamentária anual para a execução das ações propostas.

A Política de Ações Afirmativas do IFSP deverá prever formas e periodicidade de avaliação de sua implantação e impactos, por meio de ferramentas, indicadores e relatórios.

2.7.4 ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DO IFSP

2.7.4.1 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI

O Neabi foi constituído com o objetivo de garantir a promoção da diversidade étnico-racial na instituição visando uma educação antirracista. Para tanto, o núcleo realiza trabalho de acompanhamento e proposição de ações que visam a igualdade e a proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, a exemplo do racismo, por meio de estudos, pesquisas e ações diversas realizadas em parceria com as pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, no sentido da plena implementação do que preconiza as Leis nº. 10.639/2003 e nº 11.645/08. A ação do Neabi depende do engajamento e da articulação de toda a instituição e da representatividade de seus membros no âmbito dos *campi* que compõem o IFSP.

Para tanto, ressaltamos a importância de ações que devem ser adotadas pelas pró-reitorias para garantia de direitos ao acesso à educação, à permanência e ao êxito.

As propostas apresentadas têm como objetivo contemplar as leis que regem sobre a educação das relações étnico-raciais por meio do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica que abarcam os cursos de licenciaturas, assim como as políticas de ações afirmativas que dizem respeito ao acesso, à permanência e ao êxito da/o estudante.

A adoção de tais medidas contribui para diversidade étnica em todos os segmentos da comunidade do IFSP, pois colabora para o enriquecimento de conhecimentos e saberes ancestrais trazidos por grupos historicamente excluídos da educação e dos cargos de poder.

Diante disso, as propostas aqui apresentadas têm como objetivo principal atender o parágrafo único da Lei nº 12.288/2010 do Estatuto de Igualdade Racial “Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País”.

Posto isso, as propostas para serem desenvolvidas em parceria com cada pró-reitoria correspondem diretamente ao cumprimento das legislações vigentes que visam promover a equidade e igualdade de direitos, bem como para estruturar a implementação da Política de Ações Afirmativas nas diversas áreas e dimensões da Instituição. Nos casos das pró-reitorias finalísticas, são apresentadas também a criação de indicadores para que os processos possam ser divulgados e acompanhados anualmente junto aos Relatórios de Gestão. São também indicadas ações correlatas às políticas de Permanência Estudantil e Internacionalização.

2.7.4.2 Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade – NUGS

O Nugs tem a finalidade de incentivar a educação inclusiva e não sexista que busque a equidade e a igualdade entre os gêneros, o combate à violência e à discriminação LGBT e a valorização da diversidade. É um espaço de ação permanente, composto por discentes, docentes e técnicas/os administrativas/os.

Os principais objetivos do Nugs são: incentivar e sugerir a promoção de ações que garantam uma educação inclusiva; estimular a produção científica relativa à temática do núcleo, bem como a participação das mulheres e LGBTs no campo da ciência e na carreira acadêmica; acompanhar e propor ações para o

cumprimento das legislações referentes às garantias de direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade diversa.
Com propostas de práticas formativas e informativas, o Nugs visa sensibilizar a comunidade do IFSP para a temática, bem como criar uma cultura de respeito à diversidade e um espaço educacional inclusivo e plural.
A missão do núcleo, que se constitui desafiadora, é tanto viabilizar práticas voltadas à inclusão de pessoas lésbicas, gays, transexuais ou travestis, queer, intersexo, assesuais e demais orientações sexuais e identidade de gênero (LGBTQIAP+), como combater o assédio e a discriminação. Falar sobre diversidade, gênero e sexualidade é, indispensavelmente, compreender as ações de inclusão em busca da igualdade no interior da comunidade, afirmando e reconhecendo as distinções como presenças que constituem a própria instituição. Nesse contexto, toda a comunidade do IFSP precisa conhecer e apreender, pelas vias do Nugs, concepções e práticas mais inclusivas e emancipadoras.
O Nugs, em parceria com as pró-reitorias e alinhando-se à indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação se prospecta para:

- Desenvolver estratégias que garantam a permanência escolar de estudantes que são constrangidas/os e discriminadas/os por sua orientação sexual e de gênero em diferentes contextos sociais.
- Criar, fomentar, organizar e apoiar ações no âmbito do IFSP para sensibilização sobre situações de violências decorrentes das questões da diversidade de gênero e sexualidade que devam ser denunciadas e os meios, canais e procedimentos para efetivação dessas denúncias.
- Atuar na identificação, prevenção e no combate às diferentes formas de violências de gênero e sexualidade.
- Incentivar e apoiar a promoção de políticas públicas no IFSP que visem a equidade de gênero.

2.7.4.3 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)

O Napne tem por finalidade desenvolver ações, programas e projetos que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas, buscando viabilizar condições de acessibilidade no processo de ensino e aprendizagem, numa perspectiva ética, de respeito à diversidade e de cidadania.

Conforme diretrizes institucionais, o Núcleo estabelece orientações para identificação e acompanhamento da/o estudante com necessidades educacionais específicas. Além do acompanhamento individual da/o estudante, o Napne também atua numa perspectiva propositiva, fomentando inúmeras ações coletivas, indicando a necessidade do uso de tecnologias assistivas, orientando adaptações curriculares e adequações organizativas, com o intuito de criar na instituição a construção de uma cultura do respeito à diversidade e à inclusão, na busca de uma instituição mais acessível a todas/os.

Destaca-se que as atribuições de acessibilidade no Instituto Federal de São Paulo são de responsabilidade do Napne-PRE, conforme normativa institucional vigente, que tem como objetivo a implementação de políticas

educacionais inclusivas e de acessibilidade orientadas pela legislação nacional.

O Napne de cada *campus* conta com uma coordenação, sendo constituído por portaria da Direção-Geral, de composição multidisciplinar com participação de docentes e técnicas/os administrativas/os da instituição, além da participação de discentes, familiares e comunidade em geral. Além disso, há um grupo de trabalho (GT) formado por servidoras/es de diferentes c*ampi,* que colabora com a discussão e a elaboração de documentos institucionais relacionados à Educação Especial.

Ações Futuras:

Na busca por melhor atender as/os estudantes e promover ações institucionais voltadas para a inclusão, pretende-se promover e aprimorar a acessibilidade em seus diversos aspectos (arquitetônica, atitudinal, metodológica, digital, etc.), atendendo às necessidades das pessoas com deficiência; aperfeiçoar e fortalecer o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem das/os estudantes acompanhados pelos Napnes dos *campi*; promover ações formativas para a comunidade acadêmica do IFSP sobre acessibilidade e inclusão; realizar parcerias junto às instituições de ensino e organizações não governamentais que atuam na perspectiva inclusiva; aprimorar os registros das/os estudantes PAEE por meio de um Módulo Napne no Suap; articular projetos de ensino, pesquisa e extensão que envolvam temáticas relacionadas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência no IFSP.